



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO
PRAÇA BARÃO DE GURGUÉIA, 443 – CENTRO – UNIÃO – PI.
CNPJ: 06.553.606/0001-30
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PARECER.

LICITAÇÃO. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL. AUSÊNCIA DE PARTICIPANTES. DUAS TENTATIVAS DE REALIZAÇÃO DO CERTAME. PROCEDIMENTO DESERTO. Possibilidade de contratar sem licitação, quando não há interesse das empresas e particulares em realizar o serviço.

1. CONSULTA

A Comissão Permanente de Licitação do Município de União, do Estado do Piauí, consultou essa Assessoria Jurídica, sobre como deve contratar empresa especializada no fornecimento de lanches para atender as demandas das secretarias.

Considerando que o Município promoveu o Pregão Presencial (PP N.º 27/18), tendo sido publicada duas vezes e sendo ambas frustradas, ante a ausência de participantes.

É o caso.

2. FUNDAMENTAÇÃO.

Prevendo a hipótese de não haver interessados na Licitação, a Lei 8.666/93, em seu art. 24, V, prevê a dispensa, *verbis*:

“Art. 24. É dispensável a licitação”:

(...)

V – quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo à administração, mantidas, neste caso, todas as condições estabelecidas.”

Assim sendo, resta demonstrado que a dispensa da licitação justifica-se quando o Município realiza processo licitatório sem êxito, ante a ausência de interessados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO
PRAÇA BARÃO DE GURGUÉIA, 443 – CENTRO – UNIÃO – PI.
CNPJ: 06.553.606/0001-30
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

In casu, repita-se, o Município promoveu a realização de **duas publicações , ou seja, dois chamamentos para os interessados a participar da licitação** com a finalidade de contratar empresa especializada no fornecimento de lanches visando atender as necessidades das Secretarias e órgãos do Município, porém ambas foram frustradas por falta de interessados.

Dessa forma, resta evidenciado a possibilidade de o Município proceder com a contratação, fazendo uso da dispensa da Licitação, na forma do art. 24, V da Lei n.º 8.666/93.

Frisa-se, no entanto, que a necessidade de observar, quando da contratação com dispensa, o valor do serviço que está sendo praticado no mercado, bem como, as condições constantes no edital da licitação frustrada.

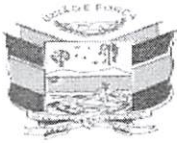
Segue abaixo, o entendimento do Tribunal de Contas da União, em caso análogo, *verbis*:

*Ementa: Licitação Fracassada – itens sem interessados.
TCU decidiu: “... uma vez cumpridas todas as formalidades legais pertinentes que garantam a ampla participação dos licitantes na alienação de materiais e equipamentos, divididos por itens ou unidades autônomas, na modalidade concorrência, se ainda assim, não acudirem interessados para todas as parcelas ofertadas, é cabível a aplicação do disposto no art. 24, inciso V, da Lei n.º 8.666/93, para venda dos itens e unidades remanescentes, mantidos todos os critérios de habilitação, preço mínimo e demais condições fixadas no edital que deu início ao certame, limitada a dispensa de nova licitação ao prazo máximo de sessenta meses.” Fonte TCU. 016.731/95-6. Decisão n.º 655/1995 – Plenário.*

Outrossim, convém mencionar, que a dispensa da licitação, não implica dizer, que o Município poderá contratar pessoas jurídicas sem fazer qualquer exigência, mesmo porque a Constituição Federal Brasileira, em seu art. 195, §3º veda a contratação de pessoas jurídicas que tenham débito com o sistema de Seguridade Social.

3. RESPOSTA

Ante o exposto, essa Assessoria Jurídica entende que a licitação para contratação de empresa especializada no fornecimento de lanches visando atender as necessidades das Secretarias e órgãos do Município, deve ser dispensada, com base no art. 24, V da Lei de Licitações.

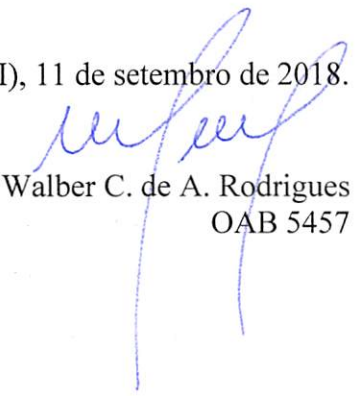


PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO
PRAÇA BARÃO DE GURGUÉIA, 443 – CENTRO – UNIÃO – PI.
CNPJ: 06.553.606/0001-30
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Nesse mesmo sentido, a Assessoria Jurídica entende que o Excelentíssimo Prefeito Municipal deve realizar a contratação de modo direto com empresas ou pessoa física que tenham interesse em prestar o serviço em tela à Prefeitura Municipal, desde que observem os preços praticados no mercado.

É o parecer.

União (PI), 11 de setembro de 2018.


Walber C. de A. Rodrigues
OAB 5457